

Educação

Ignorar a portaria que restringe o aumento a apenas 30% é uma decisão dos estabelecimentos de ensino

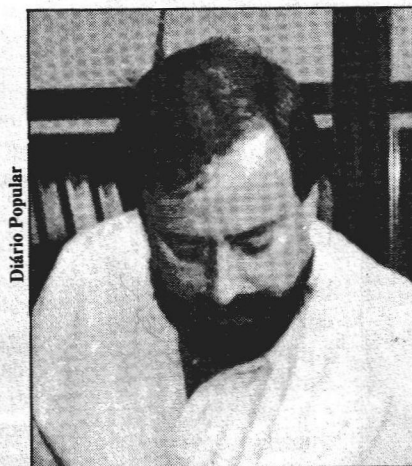
Escolas particulares desafiam o governo

Mas podem ser punidas com multas e suspensões se não respeitarem a liberdade vigiada, novamente em vigor.

As escolas que fixarem aumentos superiores a 30% para as mensalidades de junho poderão ser multadas pela Sunab e até ter suas atividades suspensas pelo Conselho Federal de Educação. A advertência foi feita ontem por técnicos do Ministério da Fazenda, depois que os proprietários de escolas particulares de São Paulo decidiram desobedecer a portaria do ministro Mailson da Nóbrega — que limitou o reajuste de junho em 30% — e o elevaram para 60,4%. A portaria foi publicada quarta-feira no **Diário Oficial da União**, e estabelece também a volta do regime de liberdade vigiada para os reajustes de mensalidades escolares. Apesar disso, os estabelecimentos de ensino têm uma interpretação diferente do assunto.

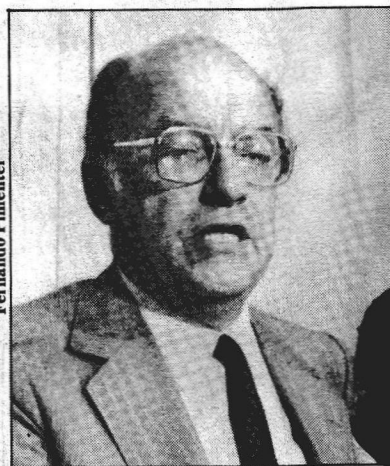
"Através dessa portaria entendemos que a escola pode tudo", explicou o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, José Aurélio de Camargo, que rejeita a portaria nº 140 do Ministério da Fazenda porque "o que deve ser feito é o que está estabelecido no contrato de matrícula, que é o cumprimento dos índices técnicos que respeitem a paridade salário/mensalidade. Por isso, rejeitamos esse presente do Ministério da Fazenda", conclui Camargo. O "presente" a que ele se refere é o reajuste de 30% para junho e a margem de lucro de 10% sobre a planilha de custos da escola, a ser acrescido aos reajustes nos meses seguintes.

Camargo afirma que a "técnica



Diário Popular

O presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino, José Aurélio, corre risco de ser processado.



Fernando Pimentel

Paulo Frontini, secretário de Defesa do Consumidor: "os proprietários pressionam, o governo cede".



Oswaldo Palermo

Quem tiver de pagar aumento acima do permitido por lei pode recorrer aos conselhos de educação.

gar o pagamento do reajuste de 60,4% — definido na semana passada — para o dia 13 de julho, em vez de 30 de junho, como ficou estabelecido na portaria.

disso, pretende manter a reposição do índice técnico de ajuste de 8,45% — retroativo ao dissídio coletivo dos professores em março

tro, como propõe o Ministério. O presidente do sindicato não descarta a hipótese de "confronto" com o governo, e insiste que a entidade irá manter o regime de paridade salário/mensalidade. Ontem mesmo, Camargo pretendia encaminhar ao Ministério da Fazenda em Brasília as posições do sindicato frente à portaria. "Queremos ser o mais transparente possível", defendeu-se.

O secretário especial de Defesa do Consumidor, Paulo Frontini, não gostou nem um pouco da atitude de José Aurélio de Camargo. "As escolas sempre levam", diz o secretário. "Elas prestam um tipo de serviço no qual o cliente não tem muita escolha. Frequentar uma escola não é como frequentar um clube: no clube, você sai quando quiser. Os proprietários pressionam, o governo cede. É sempre assim. A partir de julho a portaria entra em sua plenitude." Frontini pretende encaminhar um ofício para o secretário de Segurança Pública, Luis Antonio Fleury Filho, alertando sobre o procedimento de Camargo. E se for confirmada a decisão do sindicato em ignorar a portaria, a Secretaria de Defesa do Consumidor irá processar Camargo por "incitamento ao descumprimento da lei".

Quem tiver de pagar reajustes acima do permitido, explica Frontini, pode recorrer ao Conselho Estadual da Educação, no caso das escolas de 1º e 2º grau, ou Federal, para escolas de nível superior.

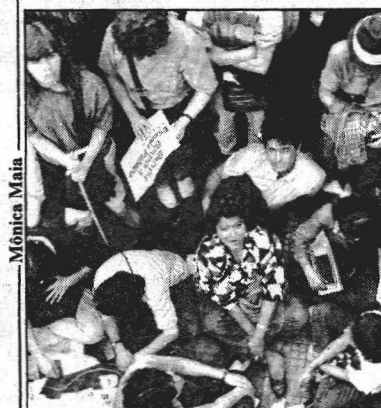
OS PROFESSORES EM GREVE SÃO ATENDIDOS, PARCIALMENTE.

"O meu compromisso pessoal foi dar a resposta do governo aos pontos que foram destacados e considerados nevrálgicos ao funcionamento das instituições."
Esta afirmação foi feita pelo ministro da Educação, Carlos Sant'anna, ao apresentar, na última quinta-feira, as respostas do governo às reivindicações dos professores e servidores administrativos das universidades que se encontram em greve há 40 dias.

A proposta apresentada pelo ministro inclui a liberação de 230 milhões de cruzados novos para custeio das 50 instituições de ensino superior, a contratação de docentes, a correção do enquadramento de professores e técnicos, além do aumento do percentual de 40 para 50 por cento sobre o salário de tempo integral e dedicação exclusiva. Quanto aos demais pontos abordados durante as negociações, o ministro diz que vão ser estudados.

MANIPULAÇÃO DA GREVE É DENUNCIADA PELO SECRETÁRIO

O secretário da Educação Chopin Tavares de Lima disse ontem no Palácio dos Bandeirantes que as lideranças do magistério manipularam a assembléia de terça-feira passada, quando primeiro votaram pela prorrogação da greve sem antes terem exposto aos presentes todo o conteúdo da proposta do governo. Chopin diz ainda que o governo não pretende penalizar os professores, mas já baixou uma resolução dispondo sobre a inscrição de candidatos para ministrar aulas na rede oficial de ensino.



Mônica Maia

Professores em greve